LEI COMPLEMENTAR Nº 4, DE 26 DE JUNHO DE 1991.

DISPÕE SOBRE A SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES NÃO ESTÁVEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS AO REGIME JURÍDICO ÚNICO.

O Povo do Município de Sete Lagoas por seus representantes votou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei.

Art. 1º A partir da data da vigência desta lei, os servidores não estáveis pertencentes aos quadros da Câmara Municipal de Sete Lagoas, até que seja realizado concurso público, conviverão com as normas do Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Município de Sete Lagoas, instituído pela Lei Complementar nº 1, de 20.12.90.

Art. 2º Os servidores não estáveis beneficiados pela presente Lei, ficarão sujeitos ao prazo de 2 (anos) anos de efetivo exercício, para aquisição de estabilidade contados da data da vigência desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo os seus efetivos retroativos ao mês de dezembro de 1990.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, 26 de Junho de 1991.

SÉRGIO EMÍLIO BRANT VASCONCELOS COSTA
Prefeito Municipal

RONALDO CANABRAVA
Secretário Municipal de Governo

EVERALDO JOSÉ ALVES
Secretário Municipal de Administração

RENILDO EUSTÁQUIO RIBEIRO
Procurador Geral do Município